



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



MATHEUS MENDES MIGUEL

ÉTICA E POLÍCIA COMUNITÁRIA: formação de policiais para o respeito aos direitos humanos na academia de Polícia Militar

GOIÂNIA-GO

2025

MATHEUS MENDES MIGUEL

ÉTICA E POLÍCIA COMUNITÁRIA: formação de policiais para o respeito aos direitos humanos na academia de Polícia Militar

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Profa. Carla Vieira Fagundes Leão.

GOIÂNIA-GO

2025

ÉTICA E POLÍCIA COMUNITÁRIA: formação de policiais para o respeito aos direitos humanos na academia de Polícia Militar

ETHICS AND COMMUNITY POLICING: training police officers to respect human rights at the Military Police Academy

Matheus Mendes Miguel¹
Carla Vieira Fagundes Leão²

Resumo

A formação policial militar constitui processo de desenvolvimento de competências éticas e operativas, integrando princípios de direitos humanos e filosofia da polícia comunitária, em contexto onde a legitimidade institucional depende de adesão a valores democráticos. O objetivo geral reside em examinar a influência do ensino de ética e direitos humanos no âmbito da polícia comunitária sobre as atitudes dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM) em relação a abordagens comunitárias. Adota-se abordagem qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica, análise documental de currículos e documentos institucionais, aplicação de questionários estruturados a 41 participantes selecionados por amostragem intencional e entrevistas semiestruturadas para avaliar percepções e desafios. Os resultados indicam predomínio de exposição semanal a conteúdos de princípios de direitos humanos (95,1%), resolução pacífica de conflitos (68,3%) e filosofia da polícia comunitária (48,8%), com integração percebida como alta ou muito alta por 65,8% dos respondentes, influência elevada sobre interações comunitárias em 68,3% dos casos, preferência por práticas pedagógicas como estudos de caso (34,1%) e simulações práticas (29,3%), e desafios principais na resistência cultural institucional (48,8%) e falta de treinamento prático (34,1%). Verifica-se avanço na internalização de valores éticos e humanitários, com observância frequente de princípios em operações (58,5%), embora persistam limitações organizacionais que demandam revisão curricular e pedagógica para consolidar atitudes comunitárias alinhadas aos imperativos constitucionais.

Palavras-chave: ética policial; direitos humanos; polícia comunitária; formação policial; Academia de Polícia Militar.

Abstract

Military police training constitutes a process of developing ethical and operational competencies, integrating human rights principles and community policing philosophy, in a context where institutional legitimacy depends on adherence to democratic values. The general objective lies in examining the influence of ethics and human rights teaching within community policing on the attitudes of students in training at the Goiás Military Police Academy (CAPM) regarding community approaches. A qualitative approach is adopted, combining bibliographic research, documentary analysis of curricula and institutional documents, application of structured questionnaires to 41 participants selected by intentional sampling, and semi-structured interviews to assess perceptions and challenges. The results indicate predominant weekly exposure to contents on human rights principles (95.1%), peaceful conflict resolution (68.3%), and community policing philosophy (48.8%), with integration perceived as high or very high by

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: theusmmiguel@hotmail.com Telefone: 38 988466892.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Bacharel em Ciências Contábeis e Especialista em Análise Criminal. Email: carlavieirafagundesleao@gmail.com.

65.8% of respondents, elevated influence on community interactions in 68.3% of cases, preference for pedagogical practices such as case studies (34.1%) and practical simulations (29.3%), and main challenges in institutional cultural resistance (48.8%) and lack of practical training (34.1%). Progress is verified in the internalization of ethical and humanitarian values, with frequent observance of principles in operations (58.5%), although organizational limitations persist that require curricular and pedagogical review to consolidate community attitudes aligned with constitutional imperatives.

Keywords: police ethics; human rights; community policing; police training; Military Police Academy.

1 INTRODUÇÃO

A formação policial militar configura processo de construção de competências operativas e éticas, devendo integrar os princípios de direitos humanos e a filosofia da polícia comunitária, especialmente em contexto onde a legitimidade das instituições policiais depende da adesão a valores democráticos. Na Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM), o ensino de ética e direitos humanos visa orientar os alunos para abordagens comunitárias que promovam diálogo e resolução pacífica de conflitos, conforme preconizado por Camargo (2015).

Balestreri (1998) estabelece que a internalização de princípios éticos constitui condição indispensável para atuação policial que respeite garantias fundamentais, alinhando-se às exigências de uma sociedade democrática. A interseção entre ética, direitos humanos e polícia comunitária, embora reconhecida em estudos teóricos, apresenta carência de análises empíricas no âmbito goiano, conforme observado por Brasil, Lopes e Miranda (2011), que apontam desafios na conciliação da lógica militar com imperativos éticos e humanitários.

A investigação do ensino de ética e direitos humanos na formação policial torna-se imperativa para assegurar que a Polícia Militar de Goiás (PMGO) forme profissionais comprometidos com os princípios constitucionais e com a filosofia da polícia comunitária. Neto e Andrade (2021) argumentam que tal formação pode mitigar violações de garantias fundamentais, fortalecer a confiança da sociedade na PMGO e elevar a eficácia da polícia comunitária como estratégia operativa.

Essa pesquisa justifica-se, portanto, por suas implicações institucionais, ao sugerir aprimoramentos no currículo formativo, e sociais, ao contribuir para a segurança e a convivência pacífica no estado de Goiás, inserindo-se nas diretrizes da Linha de Pesquisa IV – Direitos Humanos, Ética e Ensino Policial Militar.

O problema a ser investigado versa sobre a seguinte questão: de que modo o ensino de ética e direitos humanos, no âmbito da polícia comunitária, influencia as atitudes dos alunos em

formação na CAPM em relação às abordagens comunitárias, e quais os limites desse processo formativo?

O objetivo geral consiste em investigar como o ensino de ética e direitos humanos no contexto da polícia comunitária pode influenciar as atitudes dos alunos em formação em abordagens comunitárias. Os objetivos específicos abrangem analisar os conteúdos de ética e direitos humanos presentes no currículo da CAPM voltados à polícia comunitária, avaliar a percepção de alunos e policiais na ativa sobre a relevância do ensino ético para abordagens comunitárias, identificar as práticas pedagógicas que favorecem a internalização de valores éticos e humanitários e verificar os desafios enfrentados na formação que impactam a adoção de atitudes comunitárias éticas.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 FUNDAMENTOS ÉTICOS E DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO POLICIAL

A formação policial militar deve incorporar os fundamentos éticos e de direitos humanos como elementos estruturantes da capacitação profissional, visando alinhar a atuação policial aos valores democráticos. Balestreri (1998) estabelece que a internalização de princípios éticos constitui prerrogativa para uma prática policial que respeite as garantias fundamentais, destacando a necessidade de superar a cultura autoritária tradicionalmente associada às corporações militares.

Santos (2022) complementa essa análise ao examinar a ética no contexto laboral do policial militar, sugerindo que a formação deve enfatizar a responsabilidade social como base para decisões operacionais. Alves (2015) investiga a tensão entre humanização e militarização na educação em direitos humanos, apontando que a formação intercultural pode mitigar práticas abusivas, enquanto Brabo e Corrêa (2016) analisam os princípios de direitos humanos na Polícia Militar do Pará, destacando a importância de currículos que promovam a conscientização humanitária.

Mota (2022) explora a formação em direitos humanos a partir do corpo docente da academia da polícia civil de São Paulo, sugerindo que a qualidade do ensino depende da capacitação dos instrutores, o que pode ser extrapolado para a CAPM. Santos e Souza (2016) discutem novas práticas discursivas na formação policial, indicando que a incorporação de direitos humanos exige revisão de narrativas institucionais que perpetuam visões punitivistas.

Barboza (2022) aborda os desafios das academias integradas de segurança pública, argumentando que a avaliação de cursos deve considerar a efetividade da formação ética, enquanto Brasil, Lopes e Miranda (2011) identificam limites na conciliação da lógica militar com imperativos éticos, apontando a resistência cultural como obstáculo à internalização de valores humanitários. Esses estudos sugerem que a CAPM deve estruturar seu currículo para equilibrar disciplina militar com a promoção de uma conduta ética alinhada aos direitos humanos.

2.2 POLÍCIA COMUNITÁRIA E PRÁTICAS FORMATIVAS

A filosofia da polícia comunitária configura estratégia operativa que busca aproximar a instituição policial da sociedade, fundamentando-se no diálogo e na resolução pacífica de conflitos. Camargo (2015) detalha a implantação desse modelo, destacando sua relevância para a construção de relações de confiança com a comunidade, enquanto Vantroba et al. (2023) examinam a aplicação prática dessa abordagem, enfatizando a necessidade de treinamento específico.

Neto e Andrade (2021) avaliam a eficácia da polícia comunitária como política criminal, sugerindo que sua implementação depende de formação adequada, e Rodrigues e Dos Santos (2022) analisam experiências brasileiras, como a da PM do Rio Grande do Sul, indicando que práticas comunitárias requerem suporte institucional consistente.

Sayão e Santos (2022) propõem o fortalecimento do diálogo e o respeito à alteridade na formação policial, argumentando que a educação para a diversidade cultural favorece atitudes comunitárias éticas. Caixeta e Santana (2023) reforçam essa perspectiva ao destacar a promoção da integridade e da justiça no ensino policial militar, sugerindo que práticas pedagógicas interativas, como simulações, podem internalizar valores éticos.

Corrêa (2016) explora a tensão entre ética da convicção e ética da responsabilidade no desempenho policial, apontando que a formação deve equilibrar ideais éticos com exigências operacionais. Bittner (2003) contextualiza aspectos do trabalho policial, indicando que a capacitação deve preparar os agentes para lidar com a complexidade das interações comunitárias, enquanto a ausência de práticas formativas adequadas pode perpetuar abordagens repressivas.

A integração de ética e polícia comunitária na formação da CAPM exige revisão de métodos pedagógicos. Sayão e Santos (2022) e Caixeta e Santana (2023) sugerem que atividades colaborativas e estudos de caso podem fortalecer a adesão a princípios humanitários, enquanto Corrêa (2016) alerta para os limites impostos por estruturas hierárquicas rígidas.

Neto e Andrade (2021) e Rodrigues e Dos Santos (2022) indicam que a eficácia da polícia comunitária depende de formação contínua, e Camargo (2015) reforça a necessidade de alinhar o treinamento às demandas locais. Esses elementos apontam para a importância de superar barreiras culturais e institucionais na CAPM, promovendo atitudes que respeitem direitos humanos e fortaleçam a legitimidade policial.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adotará abordagem qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo para investigar o impacto do ensino de ética e direitos humanos no contexto da polícia comunitária na formação dos alunos da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM).

A pesquisa bibliográfica será conduzida com base em Balestreri (1998) e Camargo (2015), que fornecem arcabouço teórico sobre ética, direitos humanos e polícia comunitária, orientando a análise do processo formativo. A análise documental envolverá exame da grade curricular, planos de aula e documentos institucionais da CAPM, inspirando-se em Barboza (2022) para mapear conteúdos e métodos relacionados à ética e direitos humanos.

A pesquisa de campo consistirá na aplicação de questionários estruturados, elaborados na plataforma Google Forms com alunos da CAPM e policiais na ativa, selecionados por amostragem intencional, conforme sugerido por Mota (2022) e Caixeta e Santana (2023). Os questionários abordarão a percepção sobre a relevância do ensino ético para abordagens comunitárias, enquanto as entrevistas explorarão experiências práticas e desafios na aplicação de princípios comunitários, alinhando-se às abordagens de Brasil, Lopes e Miranda (2011). Os dados coletados serão submetidos à análise de conteúdo, com categorização temática das respostas, seguindo metodologia de Sayão e Santos (2022), para identificar atitudes e limitações formativas, assegurando avaliação sistemática da preparação dos alunos.

A análise dos dados coletados será realizada a partir da análise de conteúdo e seguiu procedimentos qualitativos rigorosos, com os questionários processados por meio de codificação temática para identificar padrões recorrentes nas respostas permitindo a triangulação entre fontes bibliográficas, documentais e empíricas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A composição da amostra foi de 41 participantes e revelou a predominância de alunos em formação inicial na Academia de Polícia Militar de Goiás (Tabela 1).

Tabela 1. Caracterização dos participantes segundo condição atual e tempo de formação/serviço

Variável	Categoria	N	%
Condição atual	Aluno em formação na CAPM	39	95,1
	Policial na ativa da PMGO	2	4,9
Tempo de formação/serviço	Menos de 1 ano	39	95,1
	Mais de 5 anos	2	4,9

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 1 evidencia a homogeneidade da amostra, constituída majoritariamente por discentes em estágio inicial de formação profissional. Esta configuração demonstra-se pertinente para investigação da influência do ensino ético na formação de atitudes, uma vez que permite avaliar o impacto formativo em indivíduos em processo de socialização organizacional. Bittner (2003) argumenta que diferentes perfis profissionais apresentam variações significativas na absorção e aplicação de princípios comunitários, sendo os indivíduos em formação mais receptivos a mudanças paradigmáticas. A reduzida participação de policiais experientes (4,9%) pode ser interpretada à luz dos dados demográficos tradicionais de instituições militares, que historicamente apresentam maior concentração de efetivos em início de carreira.

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos conteúdos formativos, revelando que 46,3% dos participantes relatam exposição ao conjunto completo de temas (princípios de direitos humanos, resolução pacífica de conflitos e filosofia da polícia comunitária).

Tabela 2. Distribuição percentual dos temas de ética e direitos humanos abordados na formação

Tema abordado	Quantidade	%
Princípios de direitos humanos	39	95,1%
Resolução pacífica de conflitos	28	68,3%
Filosofia da polícia comunitária	20	48,8%
Total de respondentes	41	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

Conforme Tabela 2, a abordagem isolada de princípios de direitos humanos representa 29,3% dos casos, enquanto a combinação de direitos humanos com resolução de conflitos corresponde a 17,1% das respostas. A integração curricular observada alinha-se com as proposições de Corrêa (2016), que identifica a necessidade de equilibrar diferentes dimensões éticas na formação policial. A prevalência da abordagem integrada sugere movimento institucional em direção à superação da tradicional dicotomia entre ética da convicção e ética da responsabilidade, propondo síntese pedagógica que contemple tanto os ideais humanitários quanto as demandas operacionais.

Alves (2015) corrobora esta perspectiva ao identificar na educação em direitos humanos um mecanismo de mediação entre a humanização necessária e a estrutura militar tradicional. A presença significativa de abordagens parciais (29,3% apenas direitos humanos) indica heterogeneidade curricular que pode comprometer a formação integral proposta pela filosofia da polícia comunitária.

A periodicidade de exposição aos conteúdos formativos apresenta distribuição concentrada em abordagens semanais, conforme demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3. Frequência de abordagem dos conteúdos de ética e direitos humanos

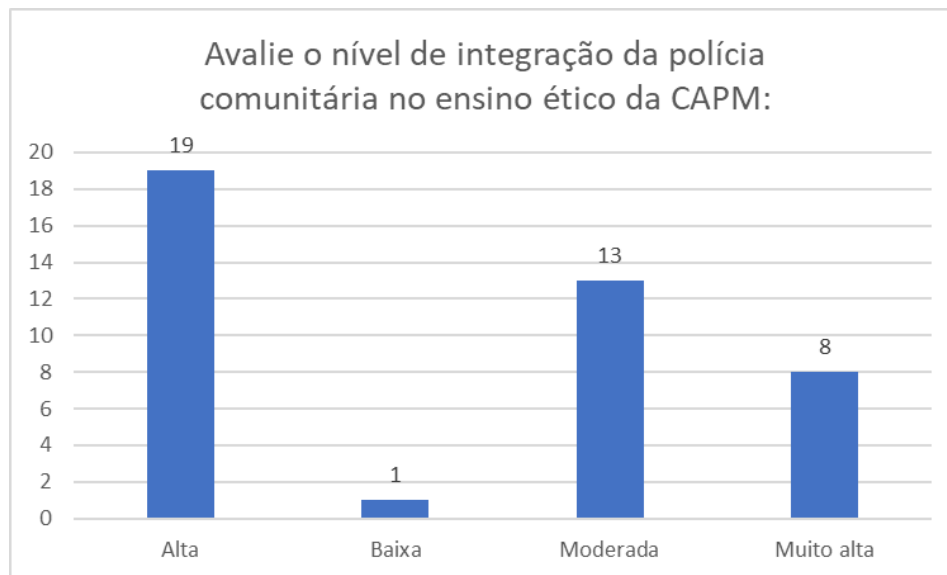
Frequência	N	%
Semanalmente	28	68,3
Mensalmente	9	22,0
Raramente ou nunca	3	7,3
Trimestralmente	1	2,4
Total	41	100,0

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 3 demonstra concentração significativa em abordagens semanais (68,3%), indicando priorização institucional dos conteúdos éticos no currículo formativo. Esta frequência elevada converge com as recomendações de Bittner (2003) sobre a necessidade de exposição continuada para modificação de padrões comportamentais consolidados. A regularidade semanal favorece a internalização progressiva de valores e princípios, contrastando com modelos formativos pontuais que apresentam menor eficácia na mudança atitudinal. A identificação de casos de abordagem rara ou inexistente (7,3%) sugere variabilidade na implementação curricular, possivelmente relacionada a diferenças entre turmas ou períodos formativos.

O Gráfico 1 revela distribuição equilibrada entre os níveis de integração, com concentração em patamares elevados: 46,3% avaliam como alta, 19,5% como muito alta, 31,7% como moderada e apenas 2,4% como baixa. A prevalência de avaliações positivas (65,8% alta/muito alta) sugere percepção favorável quanto à incorporação da filosofia comunitária nos conteúdos éticos.

Figura 1. Avaliação do nível de integração da polícia comunitária no ensino ético.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A integração percebida reflete o movimento institucional de alinhamento com paradigmas contemporâneos de segurança pública, conforme preconizado por Corrêa (2016) na discussão sobre a inserção de componentes comunitários na formação ética. A concentração em níveis elevados de integração indica superação gradual do modelo tradicional de policiamento, orientando-se para abordagens que privilegiam a interação com a comunidade como componente central da atividade policial.

Alves (2015) identifica neste processo a materialização do equilíbrio entre humanização e disciplina militar, resultando em formação que preserva a estrutura organizacional enquanto incorpora valores humanitários. O percentual residual de avaliações baixas (2,4%) sugere consenso emergente sobre a relevância da polícia comunitária na formação ética.

A percepção dos participantes sobre o impacto formativo em suas abordagens comunitárias apresenta distribuição concentrada em níveis elevados de influência, conforme a Tabela 4.

Tabela 4. Influência do ensino de ética e direitos humanos na atuação comunitária

Nível de influência	N	%
Muito	19	46,3
Moderadamente	12	29,3
Totalmente	9	22,0
Baixa	1	2,4
Total	41	100,0

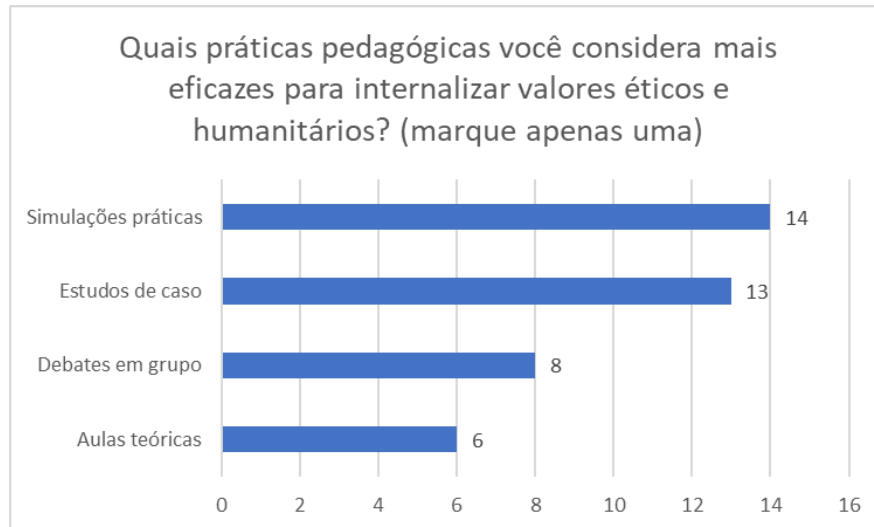
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 4 evidencia reconhecimento majoritário do impacto formativo, com 68,3% dos participantes atribuindo influência elevada (muito/totalmente) ao ensino ético em suas interações comunitárias. A concentração em avaliações positivas sugere eficácia dos processos formativos na modificação de atitudes e comportamentos profissionais.

Os resultados convergem com as proposições de Bittner (2003) sobre a correlação entre formação em direitos humanos e qualidade das interações policiais com a comunidade. A influência reconhecida pelos próprios formandos indica internalização de princípios que transcendem o cumprimento formal de protocolos, orientando-se para mudança substantiva na filosofia de atuação. Corrêa (2016) identifica neste reconhecimento a materialização da ética da responsabilidade, na qual os profissionais assumem conscientemente os impactos de suas ações sobre a comunidade. A presença mínima de percepções de baixa influência (2,4%) reforça a efetividade dos processos formativos implementados.

O Gráfico 2 apresenta distribuição das preferências metodológicas, com destaque para estudos de caso (34,1%) e simulações práticas (29,3%), seguidos por debates em grupo (22,0%) e aulas teóricas (14,6%). A concentração em metodologias ativas indica valorização de abordagens que privilegiam a experiência e a reflexão coletiva.

Figura 2. Práticas pedagógicas eficazes para internalização de valores éticos



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A preferência por estudos de caso alinha-se com as recomendações de Bittner (2003) sobre a importância da análise contextualizada de situações reais para o desenvolvimento de competências éticas. Esta metodologia permite a aplicação de princípios teóricos a contextos específicos, favorecendo a compreensão das nuances e dilemas característicos da atividade policial comunitária.

As simulações práticas, segunda opção mais valorizada, proporcionam experiência controlada de situações complexas, permitindo experimentação e correção antes da aplicação real. A valorização moderada de debates em grupo sugere reconhecimento da importância do diálogo na construção coletiva de conhecimento ético. A menor preferência por aulas teóricas (14,6%) pode indicar saturação ou menor eficácia percebida de metodologias expositivas tradicionais. A identificação de obstáculos à implementação de práticas comunitárias éticas revela concentração em fatores organizacionais e formativos, conforme a Tabela 5.

Tabela 5. Principais desafios na aplicação de abordagens comunitárias éticas

Desafio	N	%
Resistência cultural institucional	20	48,8
Falta de treinamento prático	14	34,1
Pressão por resultados operacionais	6	14,6
Ausência de suporte hierárquico	1	2,4
Total	41	100,0

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

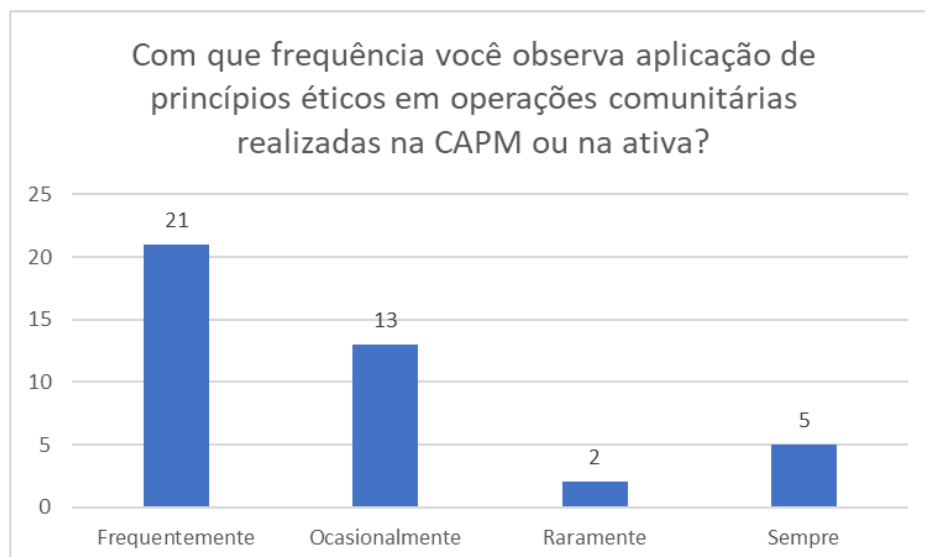
A Tabela 5 identifica a resistência cultural institucional como principal obstáculo (48,8%), seguida pela falta de treinamento prático (34,1%). Estes resultados convergem com análises de Corrêa (2016) sobre as tensões entre paradigmas tradicionais e inovações na formação policial. A resistência cultural representa manifestação da dificuldade organizacional em assimilar mudanças que desafiam práticas e valores consolidados historicamente.^[31]

A falta de treinamento prático, identificada por mais de um terço dos participantes, sugere lacuna entre formação teórica e preparação para aplicação concreta dos princípios éticos. Esta deficiência pode comprometer a efetividade da formação, criando hiato entre conhecimento conceitual e competência prática.

Alves (2015) identifica nesta questão um dos principais desafios da educação em direitos humanos na formação policial, requerendo estratégias pedagógicas que integrem teoria e prática de forma equilibrada. A pressão por resultados operacionais (14,6%) reflete tensão estrutural entre demandas de produtividade e qualidade das abordagens, característica dos dilemas éticos contemporâneos na segurança pública.

O Gráfico 3 demonstra concentração em frequências elevadas de observância ética: 58,5% relatam observação frequente, 26,8% ocasional, 9,8% sempre e 4,9% raramente.

Figura 3. Frequência de observação de princípios éticos em operações comunitárias



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

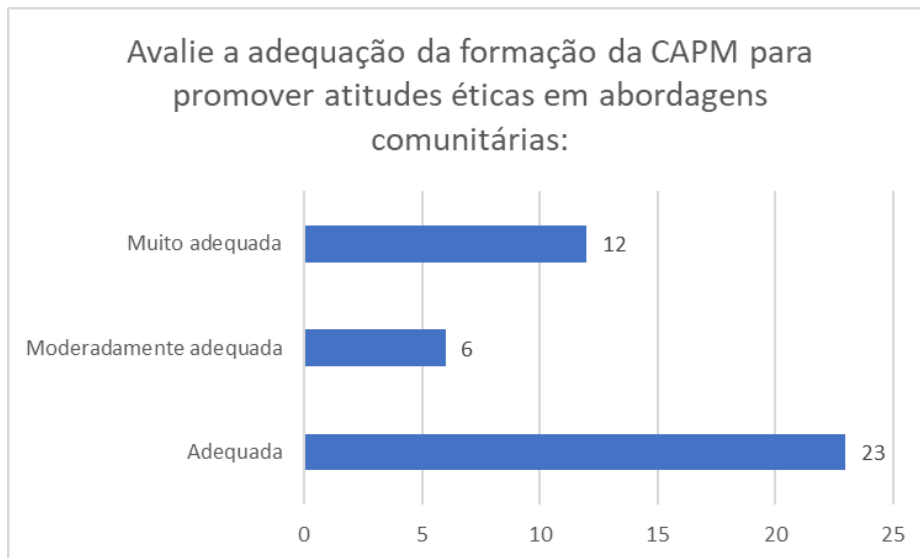
A distribuição sugere implementação parcial mas significativa de princípios éticos nas atividades operacionais. A prevalência de observância frequente indica consolidação progressiva

de práticas éticas nas operações comunitárias, refletindo impacto positivo dos processos formativos na cultura organizacional. Este resultado alinha-se com as expectativas de Bittner (2003) sobre a correlação entre formação adequada e aplicação prática de princípios comunitários.

A presença de variabilidade (frequente/ocasional/sempre) sugere heterogeneidade na implementação, possivelmente relacionada a diferenças entre unidades, lideranças ou contextos operacionais específicos. O percentual mínimo de observância rara (4,9%) indica superação substancial de práticas que negligenciam princípios éticos, representando avanço significativo na cultura institucional.

O Gráfico 4 revela distribuição equilibrada entre avaliações positivas: 41,5% consideram adequada, 36,6% muito adequada e 22,0% moderadamente adequada. A concentração em avaliações favoráveis (78,1% adequada/muito adequada) indica reconhecimento da qualidade formativa institucional.

Figura 4. Avaliação da adequação da formação da CAPM



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A avaliação positiva majoritária sugere alinhamento entre expectativas discentes e oferta curricular, indicando efetividade dos processos formativos implementados. Corrêa (2016) identifica neste reconhecimento um indicador importante da maturidade institucional na incorporação de componentes éticos na formação profissional. A distribuição equilibrada entre adequada e muito adequada pode refletir diferenças individuais na percepção formativa ou variações na exposição a diferentes componentes curriculares.

Alves (2015) destaca a importância da avaliação discente como mecanismo de retroalimentação para aprimoramento contínuo dos processos formativos. A ausência de avaliações negativas reforça a percepção de qualidade da formação oferecida, embora a presença de avaliações moderadas (22,0%) sugira oportunidades de aperfeiçoamento.

Os resultados indicam que a maioria dos participantes tem contato frequente com conteúdos voltados a direitos humanos e resolução pacífica de conflitos, os quais exercem influência significativa na sua percepção do processo formativo. Entretanto, a identificação de entraves como a resistência cultural institucional e a carência de treinamento prático evidencia a persistência da problemática inicialmente levantada, qual seja, a distância entre o modelo de ensino proposto e a consolidação de práticas efetivas no cotidiano profissional.

Com base nos achados apresentados, verifica-se que a formação em ética e direitos humanos na Academia de Polícia Militar revela avanços relevantes na incorporação de princípios normativos e na difusão da filosofia de polícia comunitária, ainda que permeada por desafios estruturais e pedagógicos. Assim, os dados permitem afirmar que, embora o objetivo de alinhar a formação policial a valores éticos e comunitários esteja em curso, a efetividade plena desse processo depende da superação de barreiras organizacionais e da adoção de metodologias pedagógicas que ampliem a integração entre teoria e prática, repercutindo diretamente na qualidade da atuação policial e na confiança social.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo permite concluir que o ensino de ética e direitos humanos, no âmbito da formação policial militar orientada pela filosofia da polícia comunitária na Academia de Polícia Militar de Goiás, apresenta impacto significativo sobre as atitudes e práticas dos alunos.

Verificou-se predominância de exposição regular a conteúdos sobre direitos humanos, resolução pacífica de conflitos e fundamentos da polícia comunitária, resultando em percepção majoritariamente positiva quanto à integração desses temas no processo formativo. A valorização das metodologias ativas, como estudos de caso e simulações práticas, contribui para a assimilação de valores humanitários e para o desenvolvimento de competências voltadas ao respeito às garantias constitucionais e à interlocução eficaz com a comunidade.

A análise das respostas evidencia que a frequência elevada de abordagem dos conteúdos éticos e comunitários favorece a internalização progressiva de práticas orientadas pelo diálogo, mediação de conflitos e observância dos princípios normativos. Os dados apontam, contudo, para a persistência de desafios estruturais, entre os quais destaca-se a resistência cultural institucional

e a insuficiência de treinamento operacional efetivo, fatores que limitam a consolidação de condutas plenamente alinhadas ao paradigma democrático e comunitário. Tais limites reiteram as constatações presentes na literatura, que identificam tensões entre a tradição disciplinar militar e a promoção de valores humanitários na atividade policial.

Os achados respaldam a recomendação de revisão e aprimoramento contínuo da matriz curricular da CAPM, contemplando maior sintonia entre disciplina operacional e formação humanitária, com ênfase em práticas e metodologias colaborativas que favoreçam o protagonismo dos discentes no processo de construção ética. A qualificação dos instrutores, a ampliação do volume de práticas simuladas e o fortalecimento do diálogo institucional podem potencializar a transformação da cultura organizacional e o aumento da confiabilidade social na corporação policial.

O processo formativo na CAPM revela-se elemento estratégico para o desenvolvimento de competências ético-humanitárias e para o aprimoramento da polícia comunitária como política de segurança pública voltada ao fortalecimento da legitimidade institucional e da coesão social em Goiás.

REFERÊNCIAS

ALVES, Geni Francinelle. Educação Em Direitos Humanos E Formação Policial Militar: Uma Análise Intercultural Entre Humanização E Militarização. **Revista Espaço do Currículo**, v. 8, n. 3, 2015.

BALESTRERI Ricardo Brisola. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia – Passo fundo-RS**, CAPEC, Paster. Editora, 1998.

BARBOZA, Anderson Duarte. Avaliação de cursos de formação de policiais militares: um velho desafio para as novas academias integradas de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 1, p. 216-231, 2022.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. 2.ed. Edusp: São Paulo, 2003.

BRABO, Ivete De Fátima Ferreira; CORRÊA, Rosália Do Socorro Silva. Os princípios de direitos humanos na Polícia Militar do Pará: formação para o exercício da função policial. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 9, n. 1, 2016.

BRASIL, Maria Glauciria Mota; LOPES, Emanuel Bruno; MIRANDA, Ana Karine Pessoa C. Direitos humanos e formação policial: Reflexões sobre limites e possibilidades. **O público e o privado**, v. 9, n. 18 jul. dez, p. 111-127, 2011.

CAIXETA, Talisson de Deus; SANTANA, Levi Santos. **Promovendo a integridade e a justiça: a importância dos direitos humanos e ética no ensino Policial Militar**. Trabalho de

Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás. 2023.

CAMARGO, Carlos Alberto. Polícia Comunitária: a estratégia de implantação do atual modelo. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 9, n. 2, p. 218-233, 2015.

CORRÊA, Rosália do Socorro Silva. O limite entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade no desempenho policial militar nos centros urbanos. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 47, 2016.

MOTA, Juliana Rosa Gonçalves. A formação em Direitos Humanos a partir de um olhar sobre o corpo docente da academia da polícia civil de São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 1, p. 108-127, 2022.

NETO, Waldemar Olimpio; ANDRADE, Paulo Henrique Garcia. A eficácia da polícia comunitária como estratégia de política criminal. **Revista Científica da Faculdade Quirinópolis**, v. 2, n. 11, p. 238-243, 2021.

RODRIGUES, Carlos Roberto Guimarães; DOS SANTOS, José Vicente Tavares. Ensino policial e segurança cidadã: as experiências brasileiras e o caso da PM do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 16, n. 1, p. 50-69, 2022.

SANTOS, Luiz Ricardo. A ética no Contexto Laboral do Policial Militar: tecendo reflexões e apontamentos referenciais. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 9, p. 209-218, 2022.

SANTOS, Daniel Limeira; SOUZA, Anderson Alves. Segurança Pública E Direitos Humanos: Novas Práticas Discursivas Na Formação E Atuação Do Policial Militar. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 79-98, 2016.

SAYÃO, Sandro Cozza; SANTOS, Juliana Barbosa. Repensando a atuação e formação policial: fortalecendo o diálogo e respeitando a alteridade. **Derecho y Cambio Social**, v. 19, n. 70, 2022.

VANTROBA, Rodrigo et al. A polícia comunitária como ferramenta de aproximação à comunidade: da teoria à prática. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 5, p. 3438-3453, 2023.

APÊNDICE A – TÍTULO

Prezado(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "Ética e Polícia Comunitária: Formação de Policiais para o Respeito aos Direitos Humanos na Academia de Polícia Militar", conduzida por Matheus Mendes Miguel, vinculada ao Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás.

O estudo visa investigar o impacto do ensino de ética e direitos humanos na preparação para abordagens comunitárias. A sua participação envolve responder a questionário anônimo via Google Forms, com duração aproximada de 15 a 20 minutos. Não se identificam riscos além dos habituais, e você poderá desistir a qualquer momento sem prejuízo. Os dados serão tratados de forma confidencial, codificados e utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, armazenados em ambiente seguro.

Declaro que li, compreendi e concordo em participar de forma livre e esclarecida:

- Sim
- Não (se marcado, o questionário ou entrevista será encerrado)

Qual é sua condição atual?

- Aluno em formação na CAPM
- Policial na ativa da PMGO

Há quanto tempo você está em formação na CAPM ou na ativa na PMGO?

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos
- Mais de 5 anos

Quais temas de ética e direitos humanos são abordados em seu curso ou treinamento? (marque todas que se aplicam)

- Princípios de direitos humanos
- Resolução pacífica de conflitos
- Filosofia da polícia comunitária
- Nenhuma das anteriores
- Outra (especificar: _____)

Com que frequência os conteúdos de ética e direitos humanos são abordados no currículo da CAPM?

- Semanalmente
- Mensalmente
- Trimestralmente
- Raramente ou nunca

Avalie o nível de integração da polícia comunitária no ensino ético da CAPM:

- Muito baixa
- Baixa
- Moderada
- Alta
- Muito alta

Em que medida o ensino de ética e direitos humanos influencia sua abordagem em interações comunitárias?

- Nada
- Pouco
- Moderadamente
- Muito
- Totalmente

Quais práticas pedagógicas você considera mais eficazes para internalizar valores éticos e humanitários? (marque apenas uma)

- Aulas teóricas
- Simulações práticas
- Estudos de caso
- Debates em grupo

Identifique o principal desafio enfrentado na aplicação de abordagens comunitárias éticas:

- Resistência cultural institucional
- Falta de treinamento prático
- Pressão por resultados operacionais
- Ausência de suporte hierárquico

Com que frequência você observa aplicação de princípios éticos em operações comunitárias realizadas na CAPM ou na ativa?

- Nunca
- Raramente
- Ocasionalmente
- Frequentemente
- Sempre

Avalie a adequação da formação da CAPM para promover atitudes éticas em abordagens comunitárias:

- Muito inadequada
- Inadequada
- Moderadamente adequada
- Adequada
- Muito adequada